

L      E      I      Nº 1.424/81

Data: 06 de novembro de 1981.

Súmula: Institui a Taxa de Vigilância Municipal, introduz alterações na Lei nº 1.248, de 8 de dezembro de 1975, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L      E      I

Art. 1º - Fica acrescentado ao art. 139, da Lei nº 1.248, de 08 de dezembro de 1975, a alínea IX, com a seguinte redação:

IX – de Vigilância Municipal

Art. 2º - Fica acrescentado Capítulo ao Título VII, da referida Lei:

Capítulo VIII

Da Taxa de Vigilância Municipal

Art. 3º - O conteúdo do art. 199, da mencionada Lei, em sua redação atual, passa a figurar como parágrafo único do artigo 198, passando aquele artigo a ter a seguinte redação:

Art. 199 – A Taxa de Vigilância tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, do serviço de Vigilância Municipal, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

§ 1º - Contribuinte da Taxa é o proprietário, o titular do domínio útil, ou possuidor a qualquer título dos terrenos construídos ou não, situados no perímetro urbano, em logradouro ou via em que o serviço seja prestado ou posto à sua disposição.

§ 2º - A Taxa será calculada em função do valor locativo anual dos terrenos referidos no parágrafo anterior.

§ 3º - A alíquota correspondente será a constante da Lei Complementar.

§ 4º - O lançamento será feito em nome do contribuinte cadastro imobiliário do Município, e por ele responde o proprietário, o promissário comprador, o promitente vendedor ou o possuidor a qualquer título.

§ 5º - A Taxa anual e o regulamento disporão a respeito da forma e prazo de seu recolhimento.

§ 6º - Estão isentos da taxa:

I - A União, Estado, Municípios, Distrito Federal e suas respectivas autarquias;

II - Quaisquer entidades religiosas, no tocante aos imóveis destinados aos respectivos templos e às casas paroquiais deles integrantes;

III - As sociedades beneficentes com personalidade jurídica que se dediquem, exclusivamente, à atividade assistenciais, sem qualquer fim lucrativo.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifícios da Prefeitura Municipal de Bandeirante, Estado do Paraná, em 06 de novembro de 1981.

José Fernandes da Silva

Prefeito Municipal